

Continuação....						
Adium S.A.						
financeiros. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela a seguir:						
	2025					
	US\$ mil	R\$	(+) 25%	(-) 50%	(-) 25%	(-) 50%
Contas a receber:	219	1.205	1.506	1.908	904	603
Partes relacionadas (nota nº 5)	219	1.205	1.506	1.908	904	603
Total	219	1.205	1.506	1.908	904	603
Fornecedores:						
Partes relacionadas (nota nº 5)	(77.795)	(428.060)	(535.075)	(642.090)	(321.045)	(214.030)
Fornecedores (nota nº 13)	(1.395)	(7.681)	(9.601)	(11.522)	(5.761)	(3.841)
Total	(79.191)	(435.741)	(544.676)	(653.612)	(326.806)	(217.871)
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	262	1.440	1.800	2.160	1.080	720

c) Mensuração ao valor justo reconhecido no balanço patrimonial: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não mantinha operações com derivativos. Os ganhos ou perdas resultantes da liquidação do derivativo mantido até 31 de dezembro de 2025 gerou uma perda de R\$8.201 em 31 de dezembro de 2025. d) Categoria dos instrumentos financeiros: Em

31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros: • Custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), contas a receber (nota explicativa nº 4), partes relacionadas - ativos (nota explicativa nº 5), outros ativos, fornecedores (nota explicativa nº 13), partes relacionadas - passivos (nota explicativa nº 5), passivo de arrendamento (nota explicativa nº 11), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12), e outros passivos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado aproximam-se de seus valores justos, uma vez que possuem prazos de vencimento de curto a médio prazo e taxas compatíveis com as condições de mercado. 24. Seguros: Os compromissos da Companhia estão assim demonstrados: a) A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens considerando a natureza de sua atividade, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade do seguro	Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguro	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil para diretores e administradores	Ações contra os administradores da Companhia	35.000
Riscos operacionais	Edifícios, benfeitorias, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração, embalagens, máquinas e equipamentos, móveis, instalações, lucros cessantes, bens do seguro em poder de 3ª, da fábrica e escritório	754.142
Veículos (*)	Veículo (casco) e danos causados à terceiros decorrentes de acidentes de trânsito	100
Responsabilidade civil geral	Ações contra a Companhia	30.350

(*) O limite máximo de indenização corresponde à responsabilidade civil por veículo segurado. Para os danos materiais do próprio bem, a referência é, em média, 100% da tabela FIPE. b) Fianças bancárias: A carta de fiança bancária relacionada ao aluguel do escritório administrativo da Companhia representa em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$1.417, com vencimentos em agosto de 2026. Em 31 de dezembro de 2024 o montante era de R\$3.186. c) Contrato com operador logístico: A Companhia manteve o contrato de armazenagem e transporte com operador logístico, o contrato estabelece o pagamento com valores variáveis condicionados à tabela de preço pela utilização do serviço, correspondendo a uma demanda anual estimada em R\$29.100. 25. Plano de previdência privada - contribuição definida: A Companhia oferece a todos os seus funcionários, plano de previdência privada de contribuição definida, do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), hoje administrado pela Icatu Seguros. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições,

descontinuidade ou transferência para outra administradora. As contribuições do participante podem variar entre 1% e 5% do salário, conforme elegibilidade de cargos, e são descontadas em Folha de Pagamento, o mesmo valor da contribuição é feita pela Companhia, o Funcionário só terá direito à parte contribuída pela Companhia após 5 anos de contribuição. Não há contrapartida da Companhia para as Contribuições Livres do participante, que estão acima da contribuição do participante definidas pelo cargo variando entre 1% e 5% do salário. As contribuições registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$1.479, (R\$1.674 em 31 de dezembro de 2024). 26. Itens que não afetam o caixa: A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, e, portanto, não refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2025	2024
Efeito pela cessão de crédito da Adium para aumento de capital	(232.009)	(96.975)
Efeito do CPC6 (R2)/ IFRS16 nos arrendamentos a pagar e no ativo de direito de uso	(5.772)	(311)
	(237.781)	(97.286)

37. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia em 27 de março de 2026.

Marcelo Pereira - Diretor Financeiro
 Eduardo Carmo - Contador CRC 1SP256665/0-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Adium S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Adium S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adium S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 as demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia realiza transações e possui saldos patrimoniais com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/0-8
 Luiz Felipe Neiva Camargo Contador CRC nº 1 SP 298870/0-7

Deloitte.

